

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação à normatização da contabilidade e da auditoria brasileira, julgue os itens subsequentes.

- 51** O público-alvo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral são, primariamente, os órgãos reguladores.
- 52** A integração de um item ao patrimônio da entidade poderá ser realizada por seu custo histórico, por seu valor presente ou por seu valor justo.

contas	saldo (em R\$)
caixa	1.000
clientes	3.000
duplicatas descontadas	1.000
ajuste de avaliação patrimonial	100 (devedor)
ações em tesouraria	190
juros passivos a transcorrer	100
prêmios de seguros a vencer no curto prazo	100
empréstimos a pessoas ligadas	500
perda estimada para redução ao valor realizável líquido (estoques)	200
imóveis para investimentos	5.000
fornecedores	3.000
salários e encargos a pagar	2.000
imobilizações de uso	10.000
empréstimos a vencer no curto prazo	1.000
provisão para créditos de liquidação duvidosa	90
estoques para revenda	4.000
depreciação acumulada	1.000
financiamentos a vencer no longo prazo	5.000
refinanciamento de tributos	300
capital social	10.000
reservas de capital	300
reservas de lucros	300

A tabela anterior apresenta os saldos relativos às contas patrimoniais destinadas ao levantamento de balancete de encerramento de uma empresa hipotética, faltando registrar o resultado apurado no encerramento desse exercício social.

A partir dessas informações, julgue os itens a seguir.

- 53** O número de contas com saldo credor supera o número de contas com saldo devedor.
- 54** O patrimônio líquido após a apuração do resultado do exercício é superior a R\$ 10.400.
- 55** O passivo circulante é superior a R\$ 5.900.

56 Essa empresa hipotética possui dívidas, empréstimos ou financiamentos prefixados.

57 O valor líquido de créditos a receber de clientes é inferior a R\$ 2.000.

No que se refere aos livros de escrituração e às previsões legais relativas às demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

58 Na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados de determinado exercício, evidenciam-se os ajustes de exercícios anteriores provocados por fatos subsequentes.

59 Não podem constar da demonstração de mutações do patrimônio líquido de uma empresa as modificações das quais seus sócios participem em qualidade diferente da de proprietários.

60 Os bens que sejam objeto de arrendamento financeiro integram o imobilizado da empresa arrendadora.

61 No livro diário, devem ser transcritos o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e dos lucros ou prejuízos acumulados.

62 Para fins de elaboração da demonstração do resultado do exercício, a receita de venda é contabilizada por ocasião da transferência dos riscos e benefícios das mercadorias, dos produtos e dos serviços fornecidos pela entidade.

Com relação a retorno sobre investimentos e a estrutura de capitais, julgue os itens subsequentes.

63 Considere a diferença entre retorno sobre investimento e custo médio ponderado de capital das várias fontes de financiamento utilizadas por determinada empresa. É correto afirmar que quando essa diferença for positiva, a empresa será capaz de agregar valor, já que, nesse caso, o retorno gerado será superior ao custo de capital.

64 Nas estruturas em que o custo do capital de terceiros for inferior ao retorno produzido pelos ativos, aumentar o endividamento, de um período A para um período B, diminuirá a participação do capital próprio no financiamento da empresa em ritmo mais acelerado que a diminuição no lucro líquido.

Em relação às análises de lucratividade e de liquidez, julgue os seguintes itens.

65 Considere que uma empresa tenha apresentado liquidez seca de 0,9 no ano X0, de 0,85 no ano X1 e de 0,50 no ano X2. Nesse caso, é correto afirmar que essa deterioração do indicador deve-se ao incremento no passivo circulante e à diminuição de investimentos em estoques de alta rotatividade.

66 A inadimplência, um aspecto que provoca reflexos na rotação dos ativos, não influencia na margem operacional.

Acerca da análise de estrutura de capitais e das informações obtidas nas notas explicativas, julgue os itens subsequentes.

- 67 Para uma análise do endividamento de uma empresa devem ser separados os passivos onerosos, geradores de encargos financeiros, dos passivos de funcionamento, que não produzem despesas financeiras. As notas explicativas contêm informações relevantes e necessárias para esse tipo de análise.
- 68 O fato de o indicador grau de imobilização dos capitais permanentes ser superior a 1 demonstra que há desequilíbrio financeiro na empresa, com indícios de que o passivo circulante esteja financiando parte dos investimentos permanentes.

Com referência a indicadores de mercado, julgue o item a seguir.

- 69 A partir das informações contidas na tabela seguinte é possível concluir que o índice preço/lucro é igual a 10, e a lucratividade da ação é de 10%.

quantidade de ações	lucro líquido (R\$)	valor de mercado da ação (R\$)
10.000	5.000	5,00

A respeito da análise por meio de indicadores, julgue o próximo item.

- 70 Mudanças frequentes de critérios contábeis, especialmente aqueles relativos a depreciação e estoques, não interferem nos resultados do cálculo nem na análise dos índices em séries temporais: os efeitos decorrentes dessas mudanças são diluídos e os índices são medidas adimensionais que variam no tempo à mesma proporção das grandezas originais.

Julgue os itens a seguir, a respeito de normas técnicas de auditoria.

- 71 Informações encontradas pelo auditor independente em ambiente externo àquele responsável pelas demonstrações contábeis não são tecnicamente consideradas evidências de auditoria.
- 72 Embora a opinião do auditor independente a respeito das demonstrações contábeis geralmente não modifique as decisões gerenciais, pode haver situações específicas em que ele deve expressar a sua opinião a respeito de outros temas que sejam relevantes para o alcance dos objetivos gerais do seu trabalho.

Com relação à terminologia de custos, julgue os seguintes itens.

- 73 Em uma empresa industrial, a conta da energia elétrica consumida na fábrica é um gasto classificado como custo e a conta da energia elétrica utilizada pelo departamento de vendas é um gasto classificado como despesa.
- 74 A matéria-prima é considerada um investimento no momento de sua aquisição, e torna-se custo ao ser utilizada para a geração do produto.
- 75 O custo da produção em determinado período será convertido integralmente em despesa no momento em que os produtos fabricados no referido período forem entregues aos clientes.
- 76 Caso ocorra um incêndio de grandes proporções em um estoque de matérias-primas, o valor do material destruído deverá ser reconhecido como custo de produção do período em que ocorreu o sinistro.

A fábrica de uma indústria que produz bens diversos funciona em um imóvel alugado. O valor do aluguel é reajustado anualmente com base na variação do IGP-M. Cada tipo de produto é fabricado em espaço específico da fábrica, sendo do conhecimento da empresa a área destinada à produção de cada um desses produtos.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 77 A indústria em questão dispõe de elementos suficientes para eliminar a subjetividade e a arbitrariedade que envolvem a escolha de critérios de rateio para o cálculo do custo de aluguel por tipo de produto fabricado.
- 78 O aluguel da fábrica deve ser classificado como custo variável e indireto.

Com relação aos métodos de custeio variável e por absorção, julgue os itens que se seguem.

- 79 A margem de contribuição unitária de um produto é afetada pelo reajuste do valor dos custos fixos no período de sua produção.
- 80 Quando a produção é maior que as vendas no mesmo período contábil, o lucro líquido obtido por meio do custeio por absorção tende a ser maior que o lucro líquido apurado de acordo com o custeio variável.
- 81 No custeio por absorção, considerada a existência de custos fixos e respeitada a capacidade de produção da empresa, quanto maior for o volume de produção, menor será o custo unitário do produto.

Acerca do método de custeio ABC, julgue o item subsequente.

- 82 O método ABC é vantajoso porque, além de estar em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, elimina todas as distorções causadas pela arbitrariedade que envolve o processo de rateio dos custos indiretos.

A respeito do campo de aplicação e dos objetivos da contabilidade pública, julgue os itens a seguir.

- 83 Os objetivos da contabilidade aplicada ao setor público incluem informar os usuários da informação contábil relativa às mutações do patrimônio das entidades do setor público.
- 84 Cabe aos tribunais de contas garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social, sendo-lhes facultado observar as normas e técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público.

De acordo com o **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**, julgue os itens subsequentes, relativos à consistência dos registros e saldos das contas contábeis.

- 85 O reconhecimento da receita orçamentária deve ser feito concomitantemente com os valores a receber registrados em contas de ativo com atributo permanente.
- 86 É critério do ordenador de despesas estabelecer o limite percentual para o agrupamento de contas semelhantes nos registros das contas contábeis descritas como “Outros(as)”.

Ainda conforme o MCASP, julgue os itens seguintes, a respeito dos elementos que compõem as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

- 87 Independentemente de haver ingresso de recursos, as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens que resultem em aumento do patrimônio líquido deverão estar incluídas nas variações patrimoniais aumentativas da demonstração das variações patrimoniais.
- 88 Se o ente considerar que a retenção deverá ser paga no momento de sua liquidação, o saldo em espécie deverá ser ajustado quando da elaboração do balanço financeiro.

De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem, relativos a escrituração e consolidação das contas.

- 89 Os estados ficarão impedidos de receber transferências voluntárias, caso não encaminhem suas contas ao Poder Executivo da União nos prazos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 90 Enquanto não for implantado o Conselho de Gestão Fiscal, cabe ao Conselho Federal de Contabilidade editar normas gerais para a consolidação das contas públicas.

Acerca de finanças públicas e orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 91 O princípio orçamentário da uniformidade pode ser cumprido ainda que dois entes federativos classifiquem uma mesma despesa de formas diferentes.
- 92 A revisão da estrutura programática do projeto da lei orçamentária anual deve ser feita após a definição e a divulgação dos limites das propostas setoriais.
- 93 No plano plurianual, é vedado o estabelecimento de metas direcionadas a públicos específicos.
- 94 Caso um programa executado por entidade do setor privado seja financiado com recursos do orçamento público, a avaliação desse programa deverá obedecer às normas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
- 95 O objetivo da classificação da receita pública por esfera orçamentária é identificar se o item a ser classificado pertence ao orçamento fiscal, ao orçamento da seguridade social ou ao orçamento de investimento das empresas estatais.
- 96 A intervenção indireta do governo no processo produtivo não gera impactos no que se refere à formação de preços relativos da economia.

A respeito da administração da execução orçamentária, julgue os itens que se seguem.

- 97 Se determinado órgão público assinar contrato que crie obrigação legal para o ente público por período superior a dois exercícios financeiros, os efeitos financeiros da medida poderão ser compensados pela redução permanente da despesa orçamentária.
- 98 Denomina-se repasse a transferência de parte do crédito orçamentário de uma unidade gestora para entidade integrante da estrutura administrativa de órgão público diverso.

Julgue os itens seguintes, relativos a receitas e despesas públicas.

- 99 Caso o responsável por determinado suprimento de fundos restitua parte dos recursos recebidos após o encerramento do exercício em que se deu o suprimento, o valor restituído será contabilizado como receita orçamentária.
- 100 O identificador de uso da receita pública indica se os recursos se destinam à contrapartida nacional e, nesse caso, é utilizado para discriminar os empréstimos, as doações ou outras aplicações.
- 101 Se determinado crédito for inscrito na dívida ativa, haverá acréscimo patrimonial na contabilidade do ente federativo titular do referido crédito.
- 102 O estágio de pagamento da despesa caracteriza-se pelo despacho por meio do qual a autoridade competente determina que a despesa seja liquidada.
- 103 Se empenhos referentes a determinada obra pública, cuja execução esteja prevista para mais um exercício financeiro, não puderem ser pagos até 31/12 de cada ano, eles deverão ser inscritos em restos a pagar no exercício em que tiverem sido empenhados.
- 104 Se um órgão público reconhecer dívida referente a exercício financeiro já encerrado, a despesa poderá ser inscrita na conta de despesas de exercícios anteriores, ainda que o orçamento respectivo não consignasse crédito próprio para o pagamento.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Lei de Acesso à Informação, julgue os seguintes itens.

- 105 Os contratos de terceirização de mão de obra integram o limite de despesas de pessoal, independentemente do tipo de serviço que estiver sendo terceirizado.
- 106 Os títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil devem ser incluídos na dívida pública consolidada da União.
- 107 Os entes da Federação devem disponibilizar a qualquer pessoa física ou jurídica os dados resumidos da despesa pública realizada, dispensado o fornecimento de informações sobre o número dos processos que originaram as despesas, ao bem fornecido ou ao serviço prestado.
- 108 Pessoa jurídica de direito privado que detenha informações em virtude de vínculo com o poder público e deixe de cumprir as determinações da Lei de Acesso à Informação poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública.
- 109 Empresa estatal que receba do seu ente controlador recursos financeiros para pagamento de custeio em geral será considerada, para efeitos de responsabilidade fiscal, empresa estatal dependente.
- 110 Cabe à lei de diretrizes orçamentárias definir limites e condições para a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética relativa a proporcionalidade, porcentagem e juros, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 111** A participação dos vendedores nos lucros de uma empresa é diretamente proporcional às suas vendas. Os vendedores A, B e C venderam juntos R\$ 500.000 em produtos: A vendeu R\$ 225.000, B vendeu R\$ 175.000 e C, o restante. Eles dividiram entre si, a título de participação nos lucros, o valor de R\$ 10.000. Nessa situação, C recebeu R\$ 2.000 de participação nos lucros.
- 112** Pedro aplicou R\$ 10.000 em uma instituição financeira pelo prazo de 3 meses consecutivos. A taxa de juros compostos dessa aplicação no primeiro mês foi de 5%; no segundo mês, de 10%; e no terceiro, de 8%. Nessa situação, Pedro, ao final do terceiro mês, recebeu de juros mais de R\$ 2.400.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética a respeito de avaliação de investimentos e de taxas de juros, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 113** Uma casa foi colocada à venda por R\$ 120.000 à vista, ou em três parcelas, sendo a primeira de R\$ 20.000 no ato da compra e mais duas mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de R\$ 48.000 a ser pago um mês após a compra e a segunda, no final do segundo mês, no valor de R\$ 72.000. Se a taxa de juros compostos na venda parcelada for de 20% ao mês, a melhor opção de compra é pela compra parcelada.
- 114** Um capital de R\$ 80.000 investido durante um ano, rendeu R\$ 13.870 de juros. A taxa de inflação nesse período foi de 7,3%. Nessa situação, o ganho real do investimento foi superior a R\$ 8.000.
- 115** Um investidor do mercado imobiliário comprou um terreno por R\$ 40.000 e, após dois anos, vendeu-o por R\$ 62.400. A taxa de inflação acumulada durante esses dois anos foi de 20%. Nessa situação, a rentabilidade real desse investimento foi superior a 32% no biênio.
- 116** Um banco faz empréstimos, no regime de juros compostos, à taxa de 48% ao ano com capitalização mensal. Nessa situação, considerando 1,26 como valor aproximado para $1,04^6$, é correto afirmar que a taxa efetiva anual desses empréstimos será inferior a 55%.
- 117** João comprou um equipamento, cujo preço à vista era de R\$ 800, em duas prestações mensais, consecutivas e distintas. A primeira prestação, de R\$ 440, foi paga um mês após a compra, e a taxa de juros compostos desse negócio foi de 10% ao mês. Nessa situação, o valor da segunda prestação foi superior a R\$ 480.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética relacionada aos sistemas de amortização, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 118** Um empréstimo de R\$ 25.000 foi quitado pelo sistema de amortização misto em 10 parcelas mensais e consecutivas à taxa de juros compostos de 4% ao mês. A primeira parcela foi paga um mês após a tomada do empréstimo. Nessa situação, considerando 1,5 como valor aproximado para $1,04^{10}$, a amortização correspondente à primeira parcela foi superior a R\$ 2.300.
- 119** Um banco emprestou R\$ 30.000 entregues no ato, sem prazo de carência, para serem pagos pelo sistema de amortização francês, em prestações de R\$ 800. A primeira prestação foi paga um mês após a tomada do empréstimo, e o saldo devedor após esse pagamento era de R\$ 29.650. Nessa situação, a taxa de juros desse empréstimo foi inferior a 1,8%.
- 120** Um financiamento de R\$ 10.000 foi feito pelo sistema de amortização constante (SAC) em 5 meses consecutivos e com 2 meses de carência. A operação foi contratada à taxa de juros de 8% ao mês. Nessa situação, o valor da segunda prestação após o início da amortização era inferior a R\$ 2.500.

Espaço livre